

(1840-1850)<sup>1</sup>, nem ter sido marcado por um movimento propriamente nacionalista ou revolucionário e nos confrontamos com a conveniência de desvincular o estudo do processo de formação da nacionalidade brasileira no correr das primeiras décadas do século XIX da imagem tradicional da colônia em luta contra a metrópole. No estágio dos estudos em que nos encontramos seria esta sem dúvida uma atitude sábia e profícua a desvendar novos horizontes de pesquisa? — o que evidentemente não implicaria em excluir o processo brasileiro do contexto maior dos muitos paralelismos históricos de sociedades coloniais em busca de uma identidade própria.

As diretrizes fundamentais da atual historiografia da emancipação política do Brasil foram lançadas na obra de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo* (1944), em que o autor estuda a finalidade mercantil da colonização portuguesa, a sua organização meramente produtora e fiscal, os fatores geográficos de dispersão e fragmentação do poder e a conseqüente falta de nexos moral que caracteriza o tipo de sociedade existente no final do século XVIII e início do século XIX; contradições e conflitos sociais internos sem condições de gerar forças autônomas capazes de criar uma consciência nacional e um desenvolvimento revolucionário apto a reorganizar a sociedade e a constituir a nação<sup>2</sup>. O mesmo autor, num pequeno ensaio sobre o "Tamoio e a política dos Andradas"<sup>3</sup>, analisa as graves e profundas tensões sociais que vieram à tona quando a revolução liberal do Porto fez difundir na colônia as aspirações de liberalismo constitucional, suscitando

### A INTERIORIZAÇÃO DA METRÓPOLE (1808-1853)

Ao tentar uma apreciação sumária do estágio atual da historiografia brasileira sobre a "independência", desejamos relembra e enfatizar certas balizas já bem fundamentadas por nossos historiadores e que dizem respeito a certos traços específicos e peculiares do processo histórico brasileiro da primeira metade do século passado, o principal dos quais é o da continuidade do processo de transição da colônia para o império. Resalte-se em seguida o fato de a "independência", isto é, da separação política da metrópole (1822) não ter coincidido com o da consolidação da unidade nacional

(1) Tobias Monteiro, *História do Império (A elaboração da Independência)*, Rio, F. Briguet & Cia. Editores, 1971, pp. 403-5 e 846-7.

(2) Caio Prado Júnior procurou demonstrar o fato de a independência em si não constituir objetivo de estudo para o historiador, sendo todas as coisas de tenderem cada qual só por si para aquele fim... (For-  
nigação do Brasil Contemporâneo, S. Paulo, Ed. Brasiliense, 1957, p. 156.)

(3) "Pela própria natureza de uma tal estrutura, não poderíamos ser outra coisa mais que o que fomos até então: uma feitoria da Europa, um simples fornecedor de produtos tropicais para seu comércio. Para constituir-se em nacionalidade orgânica, não tinha com que satisfazer as necessidades internas e coerentes de uma população que não existia, como fim em si mesma, sendo apenas um mecanismo que não parte de uma vasta organização produtora destinada a atender as demandas do comércio europeu". (Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, pp. 120-121.)

(4) Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil e outros estudos*, S. Paulo, Ed. Brasiliense, 1963, pp. 187 e 88.

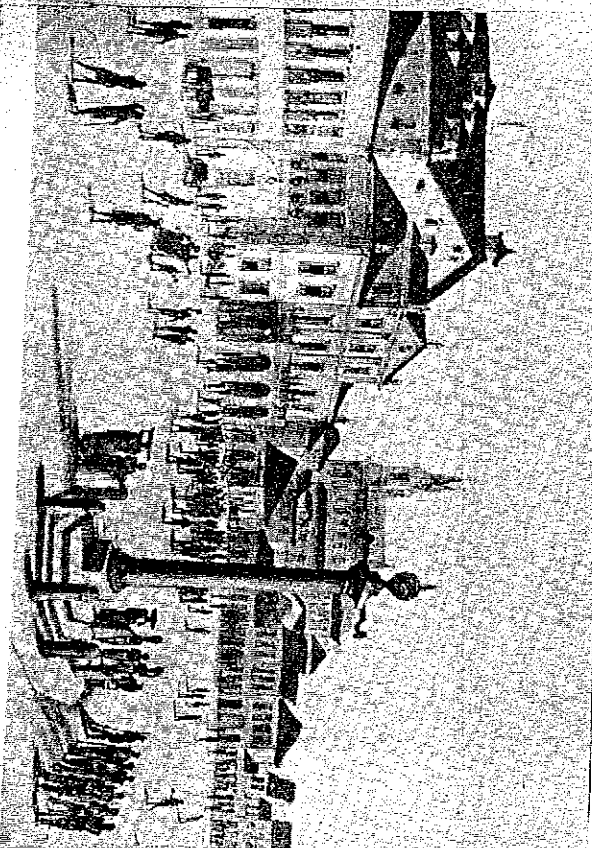
desordens e um sentimento generalizado de insegurança social e acarretando de imediato a reação conservadora, característica principal dos acontecimentos que então se desenvolveram no Brasil. Para os homens de ideais constitucionalistas parecia imprescindível continuar unidos a Portugal, pois viam na monarquia dual os laços que os prendiam à civilização européia, fonte de seus valores cosmopolitas de renovação e progresso. A separação, provocada pelas Cortes revolucionárias de Lisboa, teria de início a conotação reacionária de contra-revolução e a marca do partido absolutista.<sup>5</sup>

A continuidade da transição no plano das instituições e da estrutura social e econômica também foi estudada por Sérgio Buarque de Holanda em seu estudo sobre "A Herança Colonial — Sua Desagregação", onde analisa as transações e compromissos com a estrutura colonial na formação do império americano.<sup>6</sup> Algumas diretrizes indicadas por Caio Prado Júnior foram elaboradas por Emília Viotti da Costa em seu trabalho "Introdução ao Estudo da Emancipação Política", onde a autora também analisa as contradições da política liberal de D. João e a pressão dos comerciantes portugueses prejudicados com a abertura dos portos e a concorrência inglesa forçando o monarca a adotar medidas protecionistas e mercantilistas destinadas a proteger seus interesses.<sup>7</sup> Atribuem-se os germes da separação ao conflito de interesses entre as classes agrárias, nativistas de tendência liberal e os comerciantes portugueses apegados à política protecionista e aos privilégios de monopólio.

O problema inerente ao amadurecimento do capitalismo industrial na Inglaterra é de âmbito amplo e define o quadro geral das transformações do mundo ocidental neste período. A luta entre os interesses mercantilistas e do liberalismo econômico se processaria de

(5) Tobias Monteiro. *A Elaboração da Independência*, pp. 408 e 411.  
 (6) Sérgio Buarque de Holanda. "A Herança Colonial — Sua Desagregação". In: *História da Civilização Brasileira*, S. Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962 (O Brasil Moderno, vol. I, p. 9).  
 (7) Emília Viotti da Costa. "Introdução ao estudo da emancipação política". In: *O Brasil em Perspectiva*, S. Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968, pp. 73 e ss. A mesma autora, em outro trabalho, aprofundou o estudo do papel desempenhado por José Bonifácio, analisando as contradições de sua mentalidade de ilustrado europeu e amerciano e o choque da visão de estadistas com a realidade concreta e objetiva de sua terra. "Mito e Histórias", *Anais do Museu Paulista*, XXI, S. Paulo, 1967, p. 286.

ACERVAÇÃO PROVISÓRIA DA CONSTITUÇÃO DE LISBOA NO RIO. EM 1811. GRAVURA DE DEBRETT. BIBL. MUN. DE S. PAULO.



CORTILHO DO BARRIO DA PRINCESA D. MARIA DA GLÓRIA NO RIO DE JANEIRO. GRAVURA DE J. DEBRETT. BIBL. MUN. DE SÃO PAULO.



forma intensiva na Inglaterra de 1815 a 1846, afetando drasticamente a política de todos os países coloniais aliadamente relacionados com a expansão do império britânico do comércio livre. Não afetou nenhuma área tão diretamente como as Antilhas e o tema foi magistralmente estudado por Eric Williams, em seu livro *Capitalism and Slavery* (Londres, 1946). Foi o pretexto para a fundação de um novo império português e no processo de separação de Portugal. A historiografia da época já definiu bem as pressões externas e o quadro internacional de que provêm as grandes forças de transformações. Resta estudar o modo como afetou as classes dominantes da colônia e os mecanismos internos incertos ao processo de formação da nacionalidade brasileira. Perdendo o papel de intermediários do comércio do Brasil, restava aos comerciantes portugueses unir-se às grandes famílias rurais e aos interesses da produção. Estes nem sempre estavam separados das atividades de comércio e transporte, como se constata no caso do Barão de Iguape em São Paulo<sup>8</sup>. A presença inglesa pela abolição do tráfico tenderia ao seu turno a levantar a hostilidade dos interesses agrários contra o poder central. Associar esquematicamente os interesses das classes agrárias brasileiras com as do imperialismo inglês seria pois simplificar um quadro por demais complexo.

Apesar de estarem bem definidas suas diretrizes fundamentais, nossa historiografia, ao descorinar o processo *sui generis* de transição do Brasil colonial para o império, ainda não se descartou completamente de certos vícios de interpretação provocados por enfoques europeizantes, que distorcem o processo brasileiro entre os quais avulta o da imagem de Rousseau do colono quebrando os grilhões do jugo da metrópole; ou da identificação com o liberalismo e o nacionalismo pré-prios da grande revolução burguesa na Europa. Emília Viotti opõe ressalvas a esses conceitos, mas as contidações ainda estão para ser explicitadas<sup>9</sup>.

(8) Maria Theresza Schorer Petrone. *Revista de História*. "Uma contribuição do ciclo do açúcar paulista: Antonio da S. Prado (1617-29)", vol. XXXVI, n. 73 (1968), p. 161; vol. XXVII, n. 76, p. 315 e vol. XXXIX, n. 79, p. 121.  
 (9) Emília Viotti da Costa. "Introdução ao estudo da emancipação política". In: *O Brasil em Perspectiva*. S. Paulo, 1968.

Durante muito tempo ressentiu-se o estudo da nossa emancipação política do erro advindo da suposta consciência nacional a que muitos procuravam atribuí-la. O modelo da independência dos Estados Unidos fascina os contemporâneos e continua de certa forma a iludir a perspectiva dos historiadores atuais. Sérgio Buarque de Holanda refere-se mais objetivamente às lutas da "independência" como a uma guerra civil entre portugueses desencadeada aqui pela Revolução do Porto<sup>10</sup> e não por um processo autônomo de arregimentação dos nativos visando reivindicações comuns contra a metrópole. O fato em si da separação do reino em 1822 não teria tanta importância na evolução da colônia para império. Já era fato consumado desde 1808 com a vinda da Corte e a abertura dos portos e por motivos alheios à vontade da colônia ou da metrópole. A preocupação, por si, evidentemente, justificada de nossos historiadores em integrar o processo de emancipação política com as pressões do cenário internacional, envolve no entanto alguns inconvenientes ao vincular demais os acontecimentos da época a um plano muito geral; contribuiu decisivamente para o apego à imagem da colônia em luta contra a metrópole, deixando em esquecimento o processo interno de ajustamento às mesmas pressões que é o de *enraizamento de interesses portugueses e sobretudo o processo de interiorização da metrópole no Centro-Sul da Colônia*. O fato é que a consumação formal da separação política foi provocada pelas dissidências internas de Portugal, expressas no programa dos revolucionários liberais do Porto e não afetaria o processo brasileiro já desenhado com a vinda da Corte em 1808.

A vinda da Corte para o Brasil e a opção de fundar um novo império nos trópicos já significara por si uma ruptura interna nos setores políticos do velho reino. Os conflitos advindos das cisões e do partidarismo interno do reino desde a Revolução Francesa seriam acentuando com o patentear das divergências entre portugueses do reino e portugueses da nova Corte. Com o tempo a dissidência doméstica tenderia a inten-

(10) Sérgio Buarque de Holanda. "A Herança Colonial — Sua Desagregação". In: *História Geral da Civilização Brasileira*. t. II: O Brasil Monárquico, vol. 1, p. 13.

sificar-se 11. O importante é integrá-la como tal no jogo de fatores e pressões da época sem confundir-la com uma luta brasileira nativista da colônia *in abstracto* contra a metrópole, o que nos levaria de volta à distorção dos mitos. A história da emancipação política do Brasil tem que ver, no que se refere estritamente à separação política da Mãe Pátria, com os conflitos internos e domésticos do reino, provocados pelo impacto da Revolução Francesa, tendo inclusive ficado associado à luta civil que se travou então entre as novas tendências liberais e a resistência de uma estrutura arcaica e feudal contra inovações que a nova Corte do Rio tentaria impor ao reino.

Os sacrifícios e as aflições da invasão francesa, a repressão violenta de qualquer mudança alimentada pelo clima da própria guerra contra Napoleão, o temor das agitações jacobinas, contribuíram pois para despertar ciúmes e tensões entre portugueses do reino e portugueses da nova Corte. Em Portugal, a devastação e a miséria da guerra agravada pela pressão da antiga nobreza foi ainda mais acentuada pelo tratado de 1810 que não só retirava qualquer esperança de reviver o antigo comércio intermediário de produtos coloniais que exerciam os comerciantes dos portos portugueses, como também prejudicava o industrialismo incipiente defendido por homens como Acúrcio das Neves e por "brasileiros" como Hipólito da Costa 12. A fome generalizada, à carência de gêneros alimentícios, à desorganização da produção de vinho e azeite somava-se a paralisação dos portos, de início fechados por Junot e depois desvitalizados e sem movimento por causa do tratado de 1810. Para Pereira da Silva que escreveu sobre este período não eram menores os males de Portugal que os de Espanha, a que se refere sugestivamente como

(11) O cânsul austriaco na corte do Rio dá testemunho sugestivo a respeito da disposição do Conde da Barca, ministro de D. João VI a este respeito em 1811... Mostrando-lhe certa vez a inconveniência de manosejarem Portugal, donde poderia resultar a sua separação, ouviu o cânsul em resposta achar-se o governo preparado para essa eventualidade, que ainda não o assustava... (Tobias Monteiro, *A Elaboração Europeia e tornar-se-a americana...*, p. 222. V. também Oliveira Lima, *D. João IV no Brasil*, II, 1020).

(12) V. artigo de Hipólito da Costa sobre a industrialização de Portugal, *Correio Braziliense*, junho e agosto de 1816; Macedo, J. Borges do, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*, Lisboa, 1953; Joel Serrão, *A Indústria portuguesa em 1830*, *Buletin d'Etudes historiques*, Lisboa, 1953.

sendo "mais um cadáver que uma nação viva" 13. Em face à miséria deste período de crise e da extrema decadência, confrontava-se o reino com a relativa prosperidade e otimismo de perspectivas que se abriam então para o Brasil.

Dom Rodrigo de Souza e Coutinho tinha o novo império do Brasil como a tábua de salvação do reino; acreditava poder reequilibrar a vida econômica de Portugal através de uma política econômica puramente comercial e financeira. Revalorizada a circulação da moeda e com bons rendimentos alfandegários, o reino teria condições de se refazer pois contaria com os auxílios provenientes da prosperidade do Brasil 14. Seria vital porém reanimar a agricultura de Portugal e para isso percebia a necessidade de modernizar a estrutura social e econômica do reino, no que talvez cedesse em parte à pressão dos ingleses, convencidos da inviabilidade de Portugal, caso não se procedesse a algumas reformas da estrutura arcaica do sistema de propriedades fundiárias, para o que sugeriam que se convocassem novamente as antigas Cortes. O Príncipe Regente opôs-se decididamente à pressão inglesa pela reconvocação das Cortes, mas endossou a necessidade de modernização da estrutura econômica e social do reino, pois a prosperidade do novo império nascente não poderia arcar sozinha com as despesas enormes que requeria a reconstrução da antiga metrópole. A Corte não hesitaria em sobrecarregar as províncias do Norte do Brasil de despesas que viriam acentuar as características regionais de dispersão, já bem definidas nos dois séculos anteriores de colonização; mas, como esses recursos não bastavam, preferia introduzir reformas econômicas e sociais no reino a fim de evitar sobrecarregar a Corte que começava a enraizar-se e a estreitar seus laços de integração no Centro-Sul.

(13) Pereira da Silva, João Manuel, *História da Fundação do Império Brasileiro*, Paris, Garnier Limitos, 1864-68, III, p. 274. "As volutas da Invasão Interior dos três anos; diminuição de recursos com a perda do comércio e monopólios do Brasil; decréscimo de população que lhe arruinaram as guerras e a emigração para a América; sem mais indústrias, fábricas e transações mercantis; malbaratada ainda por impostos e sacrifícios que lhe esgotaram os recursos do presente e enegreceram o porvir, currido sob a autoridade de régulos, que não respeitavam lei nem pessoas e propriedades de súditos; reduziu a colônia e a conquista; que não o igualava em sofrimentos? (*Ibidem*, p. 274.)

(14) Representação reservatíssima de D. Rodrigo de Souza e Coutinho ao Príncipe Regente de 31 de dezembro de 1810 in Pereira da Costa, *op. cit.*, III, 283. V. também II, 326, e III, 346.

Durante a ocupação francesa recorreram-se a impostos extraordinários e a subscrições voluntárias para financiar a luta<sup>15</sup>. Também lançaram mão da emissão indiscriminada, o que acarretou a desvalorização da moeda do reino em relação à da nova Corte, tendo como consequência o movimento crescente de evasão da moeda para o novo império<sup>16</sup>. Terminada a guerra, a nova Corte não queria continuar a cobrar impostos demasiados sobre as capitãlias do norte do Brasil, pois já eram grandes as despesas exigidas pelo funcionalismo e membros da nova Corte, sem contar as despesas com as guerras da Guiana e do Prata. De onde o Príncipe Regente definir para o reino uma política regalista de reformas modernizadoras<sup>17</sup>. Pretendia lançar mão da venda de bens da igreja e da coroa no próprio reino. Reformar resquícios arcaicos de contribuição feudal, lançar novos impostos ordinários menos injustos e mais aptos a dinamizar a economia agrária do reino<sup>18</sup>. Vender bens da coroa, a prebenda de Coimbra, as capelas e sobretudo acabar com o esquema administrativo das lesúrias, terras incultas ao longo dos rios, vendendo-se e cobrando-se as décimas e as sisas das vendas, o que concorreria para multiplicar o número de propriedades e para aumentar a produtividade impedindo extensões de terras não-cultivadas<sup>19</sup>.

Contra a política do Príncipe Regente ressurgiam-se os setores mais conservadores do reino que, afetados aos seus direitos antigos, contribuam para mais dificultar a devastação causada pela guerra na vida econômica do país. Após o fim da luta, e contrariamente às ordens recebidas da nova Corte, a regência do reino, ligada por laços de parentescos e interesses a setores da nobreza agrária e ao clero quiseram fazer contrariar o sistema de impostos extraordinários que recaía sobre comerciantes e funcionários da cidade, principalmente de Lisboa e do Porto<sup>20</sup>. A pressão inglesa e a

- (15) Pereira da Silva, *Op. cit.*, III, 25.  
 (16) Pereira da Silva, *Op. cit.*, III, 167.  
 (17) Sobre a política regalista de D. João VI e os incidentes com o Vaticano, V. Pereira da Silva, *Op. cit.*, III, 251, 256-8. Daniloff, *Perceira História de Portugal*. Formoso de Almeida, *História de Portugal*. Coimbra, 1922-29, vol. V e VI.  
 (18) Albert Sibert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'ancien régime — XVIIIème — début du XIXe siècle*. Paris. SEVÈNEN, 1966.  
 (19) Gentil da Silva, *Anales*, nov. 1970.  
 (20) Pereira da Silva, *Op. cit.*, III, 161, 165-7, 168, 280-3 e 349.  
 (21) Pereira da Silva, *Op. cit.*, III, 170.

política comercial da nova Corte faria, entretanto, com que essa também não pudesse contar com os setores mais progressistas do reino. Interessados como estavam em medidas protecionistas, nos esforços de industrialização ou em reconquistar antigos privilégios mercantilistas do comércio com o reino unido<sup>21</sup>.

As tensões internas e incertezas no processo de reconstrução e modernização de Portugal viriam, pois, exacerbadas e definir cada vez mais as divergências de interesses com os portugueses no Brasil. A nova Corte, dedicada à consolidação de um império no Brasil, que deveria servir de baluarte do absolutismo, não conseguiria levar a bom termo as reformas moderadas de liberalização e reconstrução que se propôs executar no Reino, aumentando as tensões que vão culminar na revolução do Porto.

Consumada a separação política, que acceitaram mas que de início não quiseram, não pareciam brilhantes para os homens da geração da independência as perspectivas da colônia para transformar-se em nação e sobretudo em uma nação moderna com base no princípio liberal do regime constitucionalista. Os políticos da época eram bem conscientes da insegurança das tensões internas, sociais, raciais, da fragmentação, dos regionalismos, da falta de unidade que não dera margem ao aparecimento de uma consciência nacional que desse força a um movimento revolucionário capaz de reconstruir a sociedade. Não faltavam manifestações exaltadas de nativismo e pressões bem definidas de interesses localistas. No entanto, a consciência propriamente "nacional" viria através da integração das diversas províncias e seria uma imposição da nova Corte no Rio (1840-1850) conseguida a duras penas através da luta pela centralização do poder e da "vontade de ser brasileiros"<sup>22</sup>, que foi talvez uma das principais forças políticas modeladoras do império; a vontade de se constituir e de sobreviver como nação civilizada européia

- (21) Piteira Santos, F. *Geografia e Economia da Revolução de 1820*. Lisboa, 1962. Sibert Sandov, *Trade and power (Informal Colonization in Anglo Portuguese Relations)*. Rotterdam University Press, 1970.  
 (22) Antonio Candido de Melo e Souza, *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)*. S. P., Livraria Martins Editora, 1964.

nos trópicos, apesar da sociedade escravocrata e mestiça da colônia, manifestada pelos portugueses enraizados no Centro-Sul e que tomaram a si a missão de reorganizar um novo império português<sup>23</sup>. A dispersão e fragmentação do poder, somada à fraqueza e instabilidade das classes dominantes, requeria a imagem de um estado forte que a nova Corte parecia oferecer<sup>24</sup>.

As condições, enfim, que oferecia a sociedade colonial, não eram aptas a fomentar movimentos de liberação de cunho propriamente nacionalista no sentido burguês do século XIX. Desde a vinda de D. João VI, portugueses, europeus e nativos europeizados combinavam forças de mútuo apoio, armavam-se, despendiam grandes somas com aparelhamento policial e militar<sup>25</sup>, sob o pretexto do perigo da infiltração de idéias jacobinas pela América espanhola ou através dos refugiados europeus, inseguros de seu *status* de homens civilizados em meio à selvageria e ao primitivismo da sociedade colonial, procuravam de todo modo resguardar-se das forças de desequilíbrio interno. A sociedade que se formara no correr de três séculos de colonização não tinha outra alternativa ao findar do século XVIII senão a de transformar-se em metrópole a fim de manter a continuidade de sua estrutura política, administrativa, econômica e social. Foi o que os acontecimentos europeus, a pressão inglesa e a vinda da Corte tornaram possível.

(23) O Conde de Palmela, apesar de ter estado apenas transitoriamente no Rio, define extraordinariamente bem o ponto de vista dos portugueses que se enraizaram no Brasil, que era aliás o mesmo dos brasileiros, igualmente europeus. Em carta para a sua mulher, comentava Palmela: "... Falta gente branca, luxo, boas estradas, trufas, faltam muitas coisas que o tempo dará, mas não falta, como em Lisboa e seus arredores, água e verdura, pois mesmo nesta estação, a pior, temos tudo aqui tão verde como na Inglaterra". (María Amália, *Vida do Duque de Palmela*, I, 371-2.) Nada mais sugestivo da visão dos homens que formaram a nacionalidade brasileira, do que o trecho acima citado.

(24) Paulo Pereira de Castro, "A experiência Republicana (1831-40)", em que o autor estuda a política da Regência e em particular a trajetória de governo forte e centralizado de José Bonifácio. Evitando a veiga, Aureliano Coutinho, ligada aos interesses do paço. Ressalte-se a sua influência sobre liberais multoless e panfletistas, expressa, por exemplo, no item sobre a "provincia metropolitana" na constituição desagrada pelos conspiradores de Pouso Alegre. O autor faz confronto desta tendência com o parlamentarismo dos barões de cete no interior do Rio. O fundamental é evidentemente a articulação da tendência autoritária e centralizadora com o tradicionalismo localista. Sérgio Buarque de Hollanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, t. II: *O Brasil de Montevideo*, vol. II: *Dispersão e Unidade*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964, p. 31.

(25) Pereira da Silva, *Op. cit.*, II, 40 e III, 36, 52, 157.

A vinda da Corte com o enraizamento do estado português no Centro-Sul daria início à transformação da colônia em metrópole interiorizada. Seria esta a única solução aceitável para as classes dominantes em meio à insegurança que lhes inspiravam as contradições da sociedade colonial, agravadas pelas agitações do constitucionalismo português e pela fermentação mais generalizada do mundo inteiro na época, que a Santa Aliança e a ideologia da contra-revolução na Europa não chegavam a dominar. Pode-se dizer que este processo, que parte do Rio e do Centro-Sul, somente se consolidaria com a centralização política realizada por homens como Caxias, Bernardo de Vasconcelos, Visconde do Uruguai, consumando-se politicamente com o Marquês de Paraná e o Ministério da Conciliação (1853-1856). Ainda está para ser estudado mais a fundo o processo de enraizamento da metrópole na colônia, principalmente através da organização do comércio de abastecimento do Rio e consequente integração do Centro-Sul; as inter-relações de interesses comerciais e agrários, os casamentos com famílias locais, os investimentos em obras públicas e em terras ou no comércio de tropas e mares do Sul, no negócio de charque... processo este presidido e marcado pela burocracia da corte, os privilégios administrativos e o nepotismo do monarca<sup>26</sup>.

Este é tema recorrente nas cartas de Luiz dos Santos Marrocos que atribua a contínua postergação da volta da Corte à pressão de interesses particulares ávidos de privilégios de concessões em obras públicas. Em suas cartas constatava com desânimo os enormes investimentos locais que faziam os principais homens de negócios da Corte e que demonstrava sua intenção de permanecer no país. Em carta de março e maio de 1814 atribua o atraso da volta da Corte para Portugal à construção do Palácio da Ajuda. Referia-se ao "targato e silêncio", que encobriam interesses particulares<sup>27</sup>. A volta não se daria tão cedo: "... Não é por que crescem aqui as obras de melhor accommodation e fu-

(26) V. ms Visconde do Rio Seco, "Exposição analítica e justificativa da conduta e vida pública do Visconde do Rio Seco", Rio, 1821, in *Arquivo do Museu Imperial*. A mesma trajetória de dependência do poder real em Portugal vem descrita em Jacome Katen, *Recorridos* (Londres, 1813).

(27) *Anais Biblioteca Nacional*, vol. 56, p. 188, 199.

tura, mas há cousas particulares e não sei se expressões de autoridades, que fazem recear uma mui prolongada permanencia nesse clima. Por todas as repartições eclesiásticas, civis e militares há estas apparencias" (p. 188). As construções não paravam; refere-se em sua correspondência às reformas do arsenal da marinha (p. 215), a um palácio no sítio de Andarati para D. Carlota residir (p. 216), a um aumento no palácio de S. Cristóvão para o verão da família real (abril de 1815), ao palácio de Sta. Cruz para as jornadas de fevereiro, julho e novembro (p. 222), a um palácio novo no sítio da Ponte do Cajú que consumiria 77 milhões (p. 232); em fevereiro de 1816, a um picadeiro novo que consumiria 50 milhões e a uma cadeia nova "com dinheiro arrecadado num dia de Benefício do teatro da Corte" (p. 260). Loterias e subscrições voluntárias atestavam os interesses de enraizar a Corte. "Há muitas e muitas obras, mas são daquellas, de que os pseudo-brasileiros, vulgo janelistas, se seeyem para promover o boato de persistirmos aqui eternamente", escrevia em carta de dezembro de 1814 (p. 220). Também interessantes são as suas referências aos investimentos particulares das principais fortunas da Corte. Em novembro de 1812 conta do soberbo palácio no Lago dos "Siganos" que construíra José Joaquim de Azevedo, logo Barão do Rio Seco; em agosto de 1813 o mesmo "capitalista" construíra um segundo palácio no sítio de Mataporcos, igualmente faustoso (p. 154). Refere-se aos interesses de Fernando Carneiro Leão na real loteria do teatro S. João (p. 50a.) e às propriedades luxuosas de alguns ministros; por exemplo, a aquisição pelo Conde da Barca de duas casas por 45 mil cruzados, onde "vai fazer a sua habitação", acrescentava com evidente desagrado o bibliotecário de D. João VI, que não via a hora de retornar a Portugal.

Marrocos fornece algumas pistas curiosas sobre o entrançamento dos interesses portugueses no Brasil, não só em construções de luxo mas também e sobretudo na compra de terras e no estabelecimento de firmas de negócios: "... José Egidio Alvarez de Almeida la vai para o Rio Grande ver e arranjiar uma grande fazenda que comprou por 63 mil cruzados e ali estabelecer hua

fábrica de cursos de sociedade com Antonio de Araújo"<sup>28</sup>.

Também continua pendente o estudo mais específico dos regionalismos e das relações da Corte com as províncias do Norte e Nordeste em que se define claramente a continuidade com a estrutura política e administrativa da colônia. Como metrópole interiorizada, a corte do Rio lançou os fundamentos do novo império português chamando a si o controle e a exploração das outras "colônias" do continente, como a Bahia e o Nordeste<sup>29</sup>. Não obstante a elevação a Reino Unido, o surto de reformas que marca o período joanino visa à reorganização da metrópole na colônia e equivalet, de resto, no que diz respeito às demais capitanias, apenas a um recrudescimento dos processos de colonização portuguesa do século anterior<sup>30</sup>.

Um estudo mais aprofundado do mecanismo inerente às classes dominantes no Brasil colonial seria um grande passo no estado atual da historiografia da "independência". Viria certamente esclarecer de forma mais específica e sistemática a relativa continuidade das instituições que caracteriza a transição para o império. Quando se aprofundar o estudo do predomínio social do comerciante e das íntimas interdependências entre interesses rurais, comerciais e administrativos, estará aberto o caminho para a compreensão do proces-

(28) Carta de fevereiro de 1814, *op. cit.*, p. 185. V. também o levantamento dos bens adquiridos pelo Conde dos Arcos in *Johnas Monteiro, A Elaboração da Independência*, 244n.

(29) Sugestivo das relações entre antiga Metrópole, a nova corte do Rio e as demais capitanias do Brasil seria a divisão de mercadorias entre a fábrica real de pólvora do Reino e a nova fábrica de pólvora exclusivamente para a fábrica da Silva, *op. cit.*, II, 151). Ficava reservado Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, os portos da costa da África e a própria Corte. A História do Reino só poderia vender americano para o Maranhão, Pará e Ceará (Carta de 22 de julho de 1811, in Pereira da Silva, *op. cit.*, III, 344). Também *Illustrativo da continuidade da política fiscal* é o fato de a corte lançar novos impostos sobre as províncias do Norte destinados ao custeio de seu funcionamento e de obras públicas, como seria o caso do aumento de impostos de exportação de açúcar, tabaco, algodão, cursos rec. (Pereira da Silva, *op. cit.*, III, 55). Em julho de 1811, quando se tornou necessário lançar uma contribuição de 120 mil cruzados para financiar a reconstrução do Reino, a nova Corte lançou os necessários impostos sobre as províncias do Norte: a Bahia contribuiu com 60 mil cruzados por ano, Pernambuco com 40 e Maranhão com 20 mil. (Carta Régia de 26 de julho de 1811, in Pereira da Silva, *op. cit.*, III, 285).

(30) Parecia a mesma coisa as capitanias dirigirem-se para Lisboa ou para o Rio. V. Antonio Luiz de Brito Aragão e Vasconcelos, "Memória sobre o estabelecimento do império do Brasil", *Anais Bibliot. Fed. Nacional*, vol. 43-4, p. 43.

so moderado de nossa emancipação política. A instabilidade crônica da economia colonial gerava mecanismos sociais de acomodação, tais como a consequente e *relativa* "fluidez" e "mobilidade" das classes dominantes servindo como força neutralizadora para abafar divergências e impedir manifestações de descontentamento que multiplicassem inconflitâncias e revoltas. A própria estrutura social, com o abismo existente entre uma minoria privilegiada e o resto da população, polarizaria as forças políticas, mantendo unidos os interesses das classes dominantes. O sentimento de insegurança social e o "haitianismo", ou seja, o pavor de uma insurreição de escravos ou mestiços como a que se dera no Haiti em 1794, não deve ser substituído como traços típicos da mentalidade da época, reflexos estereotipados da ideologia conservadora e da contrarrevolução europeia<sup>31</sup>. Agiu como força política catalisadora e teve um papel decisivo no momento em que regionalismos e diversidades de interesses poderiam ter dividido as classes dominantes da colônia. Nesse sentido são sugestivas as considerações e as inquietações dos homens das duas primeiras décadas do século passado sobre as perspectivas que poderia oferecer a colônia para se constituir em nação. Para alguns utópicos e sonhadores, tudo evidentemente parecia possível. Mas, no geral, homens de ânimo mais ponderado, dotados de um senso arguto da realidade do meio para o qual se voltavam com opiniões políticas e conservadoras, conforme requeria a época e o meio, expressavam mil inseguranças e um profundo pessimismo, arraigado no sentimento generalizado de insegurança social e de pavor da população escrava ou mestiça "... amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc. etc., em um corpo sólido e político" (escrevia José Bonifácio em 1813 para D. Domingos de Souza Coutinho)<sup>32</sup>. Sob o impacto das agitações constitucionalistas da revolução liberal que viera ferver as contradições internas da sociedade colonial, Sierra y Mariscal, em 1823, calculava que dentro de três anos a "raça branca acabará às mãos de

outras castas e a província da Bahia desaparecerá para o mundo civilizado"<sup>33</sup>.

Grande foi a apreensão quando a revolução do Porto e a volta de D. João VI para o velho reino fizeram perigar a continuação do poder real e do novo estado português no Centro-Sul que os interesses enraizados em torno da Corte queriam preservar. Além disso, grande era a falta de segurança social que sentiam as classes dominantes em qualquer ponto da colônia; insegurança com relação à proporção exagerada entre uma minoria branca e proprietária e uma maioria dos desempregados, pobres e mestiços, que pareciam inquietá-los mais do que a população escrava. À insegurança do desível social somavam-se os problemas advindos da diversidade étnica de que portugueses ou nativos enraizados eram muito conscientes: "... em Portugal e no Brasil os homens de senso conhecem que, deslocando-se o poder real, o Brasil se perde para o mundo civilizado e Portugal perde a sua independência"<sup>34</sup>. Verdade é que Sierra y Mariscal apegava-se a uma ordem de coisas que a infiltração econômica e política de Portugal no correr do século XVIII já vieram desmentir<sup>35</sup>. Não obstante, a Corte e a administração portuguesa, a monarquia, o poder real, o mito da autoridade central pareceriam sempre uma âncora de salvação e segurança "... por isso é que o governo deve ter molias muito mais fortes que em qualquer outra parte. A educação, o clima, a escravidão são justamente a causa desta fatalidade"<sup>36</sup>.

Hornez Séc, que veio ao Brasil em 1816, testemunha da falta de unidade e comunicação entre as diferentes possessões portuguesas no continente americano<sup>37</sup>. Dez anos mais tarde, em pleno primeiro reinado, o ministro inglês Chamberlain escrevia para Canning,

(31) Sierra y Mariscal, "Idéias Gerais sobre a Revolução do Brasil e suas consequências", *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 43-4, p. 65.  
 (32) Sierra y Mariscal, *op. cit.*, p. 53.  
 (33) Sobre a marginalização de Portugal no século XVIII e XIX, ver Marcheser, Alan L. *British Preeminence in Brazil*, Illinois, 1933.  
 (34) Staley J. and Barbara H. *The Colonial Heritage of Latin America* University Press, 1970. Boxer, C. R. *The Portuguese Seaborne Empire*, London, Hutchinson, 1970; Maxwell, Kenneth. "Pombal and the nationalization of Iuso-Brazilian commerce". *Hispanic American Historical Review*, novembro 1968, Sideri, Sandov, *op. cit.*, cap. III e VI.  
 (35) Sierra y Mariscal, *op. cit.*, p. 63.  
 (36) In Sérgio Buarque de Hollanda, "A herança colonial — sua desagregação", *op. cit.*, p. 16.

(31) Cf. Marrocos, V. Carta do Conde dos Arcos sobre revoltas negras na Bahia. Rocha Martins. *O Último Vice-Rei do Brasil*, pp. 35-6.  
 (32) In *Revista de Historia*, vol. XXVII, n. 55, p. 226.



manifestando a sua grave apreensão com a indiferença e o descaso manifestados pelo governo do Rio para com os problemas de miséria e seca que aglavravam o império, da Bahia para o Norte, tornando cada vez mais imminente e perigosa a centelha de uma revolução que poderia cindir o império.<sup>38</sup> Conscientes de sua fraqueza interna, os portugueses da nova Corte dedicaram-se a fortalecer a centralização e o poder real que os revolucionários do reino queriam transferir de volta à antiga metrópole: "o Brasil é um país nascente, um povoado de habitantes de diversas cores, que se aborrecem mutuamente: a força numérica dos brancos é muito pequena e só Portugal pode socorrer eficazmente no caso de qualquer dissensão interna ou ataque externo. As capitâneas não se podem auxiliar mutuamente, por estarem separadas por setores imensos de modo que aquele país não forma ainda um reino inteiro e contínuo, necessita em consequência de sua união com Portugal, por meio da carta constitucional que fará felizes ambos os países..."<sup>39</sup>

A fraqueza e dispersão da autoridade, as lutas de facção tornavam mais aguda a insegurança das contradições internas sociais e raciais e estas identificavam-se para os homens da época com o perigo da dispersão e desunião política entre várias capitâneas. Para Sierra y Mariscal, que escrevia em 1823, as possessões americanas dos portugueses apresentavam um quadro desolador e malbaratado de desagregação: "... Pernambuco dissidente já do Rio de Janeiro. A Bahia nula em rendas e rotos os elementos de sua prosperidade. O Rio de Janeiro a ponto de uma bancarrota pelos esforços e sacrifícios que tem feito e pelas perdas sofridas. As províncias do Sul inquietas. As províncias do Maranhão e Pará nulas para o partido da revolução e tudo junto porão o governo do Rio nas tristes circunstâncias de caírem em terra com a carga, sem esperanças de mais se levantar"<sup>40</sup>.

Pode-se vislumbrar, dentro dos padrões da época, o carisma que teria a imagem de um Príncipe Regente e a força com que atraía a massa de povos mestiços e

desempregados, incapazes de se afirmarem, sem meios de expressão política, tomados de descontentamento e, em sua insatisfação, por demais presos ao condicionamento paternalista do meio em que surgiram, revoltavam-se contra monopolizadores do comércio e contra atravessadores de gêneros alimentícios, porém fascinados a Corte e o poder real, com uma verdadeira atração messiânica; era a esperança de socorro de um bom pai que vem curar as feridas dos filhos. Nem a febre do constitucionalismo chegaria a afetar drasticamente seu condicionamento político.

Também as classes dominantes tenderam a apagar-se à Corte. Atormentados pela falta de perspectiva política e pelo desejo de afirmação diante de facções rivais, chamados em sua vaidade pelo nepotismo do príncipe, atraídos por títulos<sup>41</sup> e sobretudo ansiosos de assegurar sua autonomia local sobre a proteção e sanção do poder central que viria afirmar sua posição em meio à população escrava, ou pior, a turbulência de mestiços que não eram proprietários. Além disso, precisavam dos capitais dos portugueses aventureiros; firmavam com eles compromissos de proprietários e laços de casamento. O Banco do Brasil oferecia vantagens para os que sabiam buscar a proteção política. "A falta de meios que tem essa espécie de aristocracia lhe priva de formar clientes e de fazer-se hum partido entre o povo, porque eles mesmos são fraquíssimos e precisam da proteção dos Negociantes com que se honram muito. O Comércio, se se quer, é quem é o único corpo aristocrata."<sup>42</sup> Ao se aprofundar o estudo do predomínio social do comerciante e da íntima interdependência entre os interesses rurais, administrativos, comerciais, temos

(38) Note-se o prisma liberal curiosamente desforçado com que Pereira da Silva, critica o que era um traço peculiar e característico do equilíbrio interno das classes dominantes da colônia; critica esta contra o funcionamento público que é uma das chaves com que investe contra o período joanino: "Conseguiram igualmente entrar para as repartições públicas alguns brasileiros, posto que poucos e raros, deixando posições independentes lucrativas e honrosas, obtidas pelo brilho e importância social do funcionalismo. Aparentaram-se os espíritos todos de uma tendência para os empregos administrativos que causou e causa ainda atualmente (1867) graves prejuízos à independência individual e ao desenvolvimento moral e material do passado. A ambição de viver dentro e debaixo da tutela do governo tocou aos indivíduos a sua própria liberdade; ao passo que lhe não assegura a fortuna e nem o futuro seu e da sua família e arranca aos cidadãos, as artes, ao comércio, à indústria, às letras e às ciências, cidadãos prestimosos e inteligentes (op. cit., II, 47).

(42) Sierra y Mariscal, op. cit., II, 72.

(38) Carta de 22 de abril de 1826 in Webster, Charles K. *Great Britain and the Independence of Latin America*. Oxford University Press, 1836, p. 308.

(39) Sierra y Mariscal, op. cit., p. 72.

(40) *Ibidem*, 74.

um quadro mais claro dos *mecanismos de defesa e coesão do elitismo* que era característica fundamental da sociedade do Brasil Colonial. Já foram lançadas as diretrizes de revisão do mito europeu da sociedade dual e várias obras existentes analisam sobre novos prismas a suposta dicotomia ou oposição entre interesses urbanos e rurais, identificados, confundidos uns com os outros e harmonizados pela administração pública, dado o grande papel social que exercia na colônia<sup>43</sup>. A vida da Corte haveria de ressaltar traços já bem aparentes na segunda metade do século XVIII e que tendiam a acentuar o predomínio do comerciante. Por isso alar-mava-se Sierra y Mariscal com a revolução do Porto, e as manifestações hostis aos comerciantes portugueses: "roto o dique que continha as revoluções (o comércio), não havendo quem supra a lavoura, esta não pode dar um passo. Um ano de guerra civil auxiliado do céu, natureza da agricultura e topografia da província tem relaxado a disciplina da escravidão. Os Senhores de Engenho não tendo quem lhes adiante fundos não podem alimentar os escravos e neste estado os escravos se sublevam e a Raça Branca perece sem remédio"<sup>44</sup>. Sierra y Mariscal refletia o pensamento dos brancos e proprietários da Bahia e Pernambuco, mas generalizava a sua apreensão para todo o império português. Era a missão da monarquia portuguesa salvar a raça branca e salvar-se a si mesma porque se um incêndio eclodisse nas províncias do Norte do Brasil "levariam a dissolução e a anarquia a todos as possessões pacíficas da parte da quem do Cabo; sem que se excetuassem as ilhas de Cabo Verde e Açores e neste terrível conflito a base mesma da monarquia se abalaria"<sup>45</sup>.

Os conflitos gerados pela incompatibilidade entre o absolutismo e a política mercantilista da coroa e as pressões do novo liberalismo econômico, oriundo do amadurecimento do capitalismo industrial na Inglaterra, foram sem dúvida a chave-mestra a desencadear as forças de transformação no período. Dadas porém as pe-

(43) C. R. Boxer, *The Golden Age of Brazil*, Berkeley University Press, 1968, pp. 63-70; *The Portuguese Seaborne Empire, 1418-1825*, London, Hutchinson, 1969, Russell-Wood, A. J. R. *Fidalgos and Philanthropists: Santa Cruz de Misericórdia of Bahia*, Berkeley, University of California Press, 1968; Stuart Schwartz, "The Desembarço no Fogo", *Hispanic American Hist. Review*, 1971.

(44) Sierra y Mariscal, *op. cit.*, 72.

(45) *Ibidem*, 67.

cularidades sociais da sociedade colonial brasileira, não se identificaram por imediato com "um movimento de libertação nacional". Tãmanha era a complexidade dos conflitos internos e a heterogeneidade dos regionalismos que o que finalmente assistimos no decorrer dos episódios das primeiras décadas do século XIX, que se convencionou chamar de "época da independência" é uma fragmentação localista ainda maior e simultaneamente um *recriadescimento da presença de portuguesas*<sup>46</sup>. Ao contrário do que se dá na maior parte dos países da América espanhola, em que os "corolos" expulsam e expropriam os espanhóis metropolitanos, nós assistimos em torno da nova Corte e da transmigração da dinastia de Bragança, o enraizamento de novos capitais e interesses portugueses, associados às classes dominantes nativas e também polarizadas em torno da luta pela afirmação de um poder executivo central que queriam fortalecer contra as manifestações de insubordinação das classes menos favorecidas, rnutitas vezes identificadas com nativismos facciosos ou com forças regionalistas hostis umas às outras e por vezes à nova corte, como seria o caso do Nordeste na revolução de 1817 e na Confederação do Equador<sup>46</sup>. Tanto assim é que os conflitos e as pressões sociais e raciais contra o português, rico monopolizador do comércio e dos cargos públicos, não seriam resolvidos pela "independência" em 1822, nem pela abdicação de D. Pedro em 1831. Não se tratava de um metro preconceito chauvinista relacionado com a separação da Metrópole; era um conflito interno, inerente à sociedade colonial e que mesmo o império não superaria. A lusofobia transporece continuamente nos debates da imprensa através de todo o século XIX, nas reivindicações dos "práticos" da corte e de Pernambuco (1848) pela nacionalização do comércio e varejo, repelindo-se em muitos outros episódios espartos de violência, como, por exemplo, o

(46) Marechal, o ministro austríaco na corte do Rio, registrou o fato de José Joaquim da Rocha, um dos principais promotores do "Fico" e em cuja casa foi assinado o manifesto dos filarmenicos, ter-se recusado a aceitar o cargo de ministro por achar necessária uma maioria portuguesa nos conselhos do Príncipe... (Tobias Monteiro, *A Eliberação da Independência*, 445). No manifesto de justificação dos revolucionários do Porto alegavam em primeiro lugar a exação de senle 2 de "institui para o Brasil, em seguida lamentavam os efeitos do tratado de 1810 e a perda do monopólio do comércio do Brasil. (Pereira da Silva, *op. cit.*, II, 46 e III, 26.)

(47) Carlos Guilherme Mota, *Nordesse, 1817. Estruturas e Argumentos*, São Paulo, Perspectiva, 1972.

que se dá em Macapá, em Goiânia, em 1873<sup>48</sup> e pela Primeira República adentro.

Se as diretrizes fundamentais da historiografia brasileira já estão bem definidas, precisam ainda ser melhor elaboradas por estudos mais sistemáticos das peculiaridades da sociedade colonial, que nos permitam uma compreensão mais completa deste processo de interiorização da metrópole, que parece a chave para o estudo da formação da nacionalidade brasileira. O fato é que a semente da "nacionalidade" nada teria de revolucionário: a monarquia, a continuidade da ordem existente eram as grandes preocupações dos homens que forjaram a transição para o império: "... também não queremos uma revolução e uma revolução será se se mudarem as bases de todo o edifício administrativo e social da monarquia; e uma revolução tal e repentina não se pode fazer sem convulsões desastrosas, e é por isso que não a desejamos"<sup>49</sup>. A semente da integração nacional seria lançada pela nova Corte como um prolongamento da administração e da estrutura colonial, um ato de vontade de portugueses adventícios, cimentada pela dependência e colaboração dos nativos e forjada pela pressão dos ingleses que queriam desfrutar do comércio sem ter de administrar... A insegurança social cimentaria a união das classes dominantes nativas com a "vontade de ser brasileiros" dos portugueses imigrados que vieram fundar um novo império nos trópicos. A luta entre facções locais levaria fatalmente à procura de um apoio mais sólido no poder central. Os conflitos inerentes à sociedade não se identificam com a ruptura política com a Mãe Pátria, e continuam como antes sendo relegados para a posteridade.

A participação dos ilustrados brasileiros na administração pública portuguesa é fenômeno característico e muito peculiar às classes dominantes da sociedade colonial<sup>50</sup>. O "elitismo burocrático" era uma das válvulas de escape da instabilidade econômica sabidamente expressa no ditado do século XVIII: "pai taverneiro, filho nobre e neto mendicante"<sup>51</sup>; esta instabilidade

econômica gerava mecanismos de acomodação social destinados a amparar o *status* dos "empobrecidos"<sup>52</sup> e a manter a harmonia do corpo social; era o caso das santas casas, dos conventos, das ordens religiosas, do funcionalismo público em geral<sup>53</sup>.

Não se pode subestimar o papel do "elitismo burocrático" na sociedade colonial, pois explica em grande parte a íntima colaboração entre as classes dominantes nativas e a administração pública portuguesa que vive a sua fase máxima com a vinda da Corte e a fundação do novo império.

Nessa época, absorvidos na engrenagem maior de uma política de Estado, empenharam-se ativamente os ilustrados brasileiros na construção do novo império dos trópicos. A ilustração brasileira não pode ser pois identificada com "anticolonialismo" ou com a luta da colônia contra a metrópole.

Estatistas como Dom Rodrigo ou o Conde da Barca tinham como missão precípu a tarefa da fundação de um novo império que teria como sede o Rio de Janeiro e que deveria impor-se sobre as demais capitânicas. E para este trabalho contaram com a colaboração e o empenho dos ilustrados brasileiros.

Com a vinda da Corte, pela primeira vez, desde o início da colonização, configuravam-se nos trópicos portugueses preocupações próprias de uma colônia de povoamento<sup>54</sup> e não apenas de exploração ou feitoria co-

(52) Villena, Luis dos Santos. *Notícias Soteropolitanas da Bahia*, carta I, 43-45.

(53) C. R. Boxer, *The Golden Age of Brazil*. Berkeley, Univ. of California Press, 1968; C.R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire*. London, 1970. Russell-Wood, A.J.R. *Fidalgoes and Philanthropists: the Santa Casa de Misericórdia of Bahia*.

(54) "Uma das coisas que concorrem muito para o aumento da população é a providência da economia e política de todos os povos que habitam as cidades, vilas e aldeias e ainda mesmo os mais insignificantes lugares; para o que convém providê-los de tudo aquilo que eles necessitam, cuja falta faz muitas vezes ficarem desertas as terras, pois os habitantes togam de residir em um sítio, onde faltam as condições necessárias. Para se poder dar as precisas providências tendentes a este fim, importa muito indagar quais são os gêneros indispensáveis para a subsistência da vida e fazer-se com que eles não faltem em cada lugar exterior. *Brasil* que em todos se plante a mandioca, ou o trigo, injunção de alguns pinheiros, portais de frutos, pau de qualidade de pedras, tavernas de comestíveis e mercaderias mais concorridas, com o uso e consumo da terra, que hájam oficiais de todos os ofícios necessários. Médico ou cirurgião e o mais conducente ao Bem Público de cada povoação à proporção da sua grandezza e do seu luxo pois sem isso não se podem reger os povos" (Antonio Luiz de Brito Arago e Vasconcelos. "Memórias sobre o estabelecimento do Império do Brasil ou Novo Império Lusitano". *Anuaire da Bibliotheca Nacional*, 43-4. p. 31.)

(48) Paulo Cavalcanti, *Égua de Queiroz, agulador no Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1966, 63.

(49) *Correio Braziliense*, XXIV, 471.

(50) Maria Odila Silva Dias, "Aspectos da Ilustração no Brasil", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 278, jan.-março, 1966, pp. 100-170.

(51) Boxer, C.R. *The Golden Age of Brazil*, p. 13.

mencial, pois que no Rio teriam que viver e, para sobreviver, explorar "os enormes recursos naturais" e as potencialidades do império nascente, tendo em vista o fomento do bem-estar da própria população local. Para isso queriam firmar o tratado de 1810 e a abertura dos portos "de maneira que, promovendo o comércio, pudessem os cultivadores do Brasil achar o melhor consumo para os seus produtos, que daí resultasse o maior adiantamento na geral cultura e povoação deste vasto território"<sup>55</sup>. Promover o povoamento, "... o aumento da agricultura, as plantações de canhamo, especiarias e de outros gêneros de grande importância, de conhecida utilidade, assim para o consumo interno como para exportação, a extração dos preciosos produtos, dos reinos mineral e vegetal e que tenho animado e protegido..."<sup>56</sup>. Déspotas esclarecidos e filiocratas julgavam-se exagerando os recursos das novas terras e estavam tomados pela febre dos melhoramentos materiais. Reservavam privilégios para o Centro-Sul, onde se instalara a Corte. A fim de custear as despesas de instalação de obras públicas e do funcionalismo, aumentaram os impostos sobre a exportação do açúcar, tabaco, algodão e couros, criando-se ainda uma série de outras tributações que afetavam diretamente as capitânicas do Norte, que a Corte não hesitava ainda em sobrecarregar com a violência dos recrutamentos e com as contribuições para cobrir as despesas da guerra no reino, na Guiana e no Prata. Para governadores e funcionários das várias capitânicas parecia a mesma coisa dirigirem-se para Lisboa ou para o Rio<sup>57</sup>.

Pelo menos dois dos ministros de Dom João VI tinham experiência na administração colonial<sup>58</sup>. Os governadores das várias capitânicas continuaram com as atribuições militares despóticas que tinham antes. Apesar das boas administrações do Conde de Palma em Minas Gerais e do Conde dos Arcos na Bahia, não serviam os Governadores de bons elos de ligação ou unidade entre as várias regiões da colônia, trancando-se em suas respectivas jurisdições, cometendo excessos e

(55) Pereira da Silva, *op. cit.*, III, 274.

(56) *Ibidem*, III, 283.

(57) Rocha Martins, *O último vice-rei do Brasil*, pp. 38-9.

(58) Foi o caso de Fernando José de Portugal, vice-rei no Rio de Janeiro a 1806 e do próprio Conde dos Arcos (Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, I, pp. 171-3 e 180).

arbitrariedades e desrespeitando muitas vezes a autoridade da Corte<sup>59</sup>. É inequívoco, entretanto, o esforço feito pelos ministros do Príncipe Regente no sentido de tornar mais eficiente a centralização administrativa através da nomeação de juizes de fora representantes do poder central, atentos à missão de coordenar os interesses locais com os da nova Corte.

Além disso, preocupou-se a Corte em abrir estradas e, fato quase inédito, em melhorar as comunicações entre as capitânicas, em favorecer o povoamento e a doação de sesmarias. Tinham como fé obsessiva aproveitar as riquezas "... de que abunda este ditoso e opulento país, especialmente favorecido na distribuição de riquezas repartidas pelas outras partes do globo"<sup>60</sup>; precisavam incrementar o comércio e movimentar meios de comunicação e transporte<sup>61</sup>. Além dos estrangeiros, continuaram os viajantes e engenheiros nacionais a explorar o interior do país, a realizar levantamentos e mapas topográficos para o que foi especialmente criada uma repartição no Rio<sup>62</sup>. Levantou-se uma carta hidrográfica das capitânicas compreendidas entre o Maranhão e o Pará; foram enviadas expedições para examinar os rios tributários do Amazonas. Tentaram dar acesso ao comércio de Mato Grosso pelos rios Arinos, Cuiabá e Tapajós, ligando Mato Grosso por via fluvial e terrestre com São Paulo<sup>63</sup>. Através do Guaporé, Mamoré e Madeira encontraram o caminho que poria em contato o Amazonas com os sertões do interior do país. Concederam-se privilégios, estatutos e isenções de impostos para uma companhia de navegação fluvial<sup>64</sup>. O Tocantins e o Araguaia foram explorados, embora não se tivesse chegado a organizar uma companhia de navegação regular. Em Goiás vários "capitalistas" se reuniram e começaram o transporte regular pelos seus rios. Também foram melhor investigados os rios Doce, Belmonte, Jequitinhonha, o Ribeirão de Santo Antonio do Cerro do Frio, em Minas Gerais. Abriam-se caminhos do interior para Ilhéus e para o Espírito Santo e outro de

(59) Pereira da Silva, *J. M., Op. cit.*, III, 156 e 288-9-291.

(60) Avará de 24-XI-1813 in Pereira da Silva, *op. cit.*, III, 348.

(61) Carta régia de 4-XI-1813, *ibidem*, III, 348.

(62) Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, I, 255.

(63) *Ibidem*, II, 789.

(64) Pereira da Silva, *op. cit.*, III, 133.

Minas Novas para Porto Seguro<sup>65</sup>. As tradições da colonização portuguesa e o afã de integração e conquista dos recursos naturais delineavam a imagem do governo central forte, necessário para neutralizar os conflitos da sociedade e as forças de desagregação internas.

Esta "tarefa" de reforma e construção absorveu os esforços dos ilustrados brasileiros a serviço da Corte portuguesa e nela se moldaria a geração da "independência". Não se deve subestimar as conseqüências advindas desse engajamento numa política de estado portuguesa; marcaria profundamente a elite política do primeiro reinado e teria influência decisiva sobre todo o processo de consolidação do império, principalmente no sentido de arregimentação de forças políticas pois proviria em grande parte daquela experiência a imagem do estado nacional que viria a se sobrepor aos interesses localistas. Algumas décadas após a independência (1838-1870) chegariam os ilustrados brasileiros a definir seu nacionalismo didático, integrador e progressista e uma consciência social eminentemente elitista e utilitária<sup>66</sup>.

## II

### DAS INDEPENDÊNCIAS

*"Não somos deputados do Brasil (...), porque cada provincia se governa hoje independente."*

Pe. Diogo Antônio Feijó, deputado paulista. Cortes de Lisboa, 1822.

(65) Antonio Luis de Brito Aragão e Vasconcelos, *op. cit.*, 43.  
(66) Antonio Candido de Mello e Souza, *Formação da Literatura Brasileira*, vol. II.